

PROPOSTA DE CONVOCAÇÃO DE UM CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

O Partido Social Democrata sofreu um duro revés nas recentes eleições legislativas, as quais, para além da imprevista maioria absoluta do Partido Socialista, produziram uma profunda transformação no campo político não-socialista.

Ao PSD, após este ato eleitoral e em função dos seus resultados, cabe abrir um processo de reflexão, de modo a apurar as causas estruturais e conjunturais da estagnação eleitoral do partido, definir com clareza o seu papel na sociedade portuguesa e lançar as bases para uma reforma do seu modo de funcionamento, tornando-o mais favorável à participação dos cidadãos, mais plural e inclusivo na relação com os militantes, em suma, modernizando-o.

Importa, em concreto, reafirmar a visão de um PSD reformista e plural, composto por várias correntes e fortalecendo-se nas mesmas, que se ergue como adversário primacial da infértil e perigosa hegemonia do PS na sociedade portuguesa, a qual, a intensificar-se, como se tem vindo a testemunhar ao longo das últimas décadas, desequilibrará definitivamente o sistema. Os sinais de rutura desta simetria – a fragmentação do espaço político à direita do PS resultante do enfraquecimento do PSD e o nascimento de novas forças políticas –, devem merecer particular atenção e motivar clareza de princípios e posicionamento do PSD. Atente-se que a hegemonia em causa não é tão somente eleitoral, afirma-se no campo das ideias, num país com transformações sociológicas de monta, as quais conduzem, progressivamente, a opções insuscetíveis de enfrentar e vencer a estagnação do país.

É desejável que esse processo de reflexão ocorra previamente à eleição da nova liderança e necessário que compreenda a realização de um congresso extraordinário, também de cariz estatutário, que se constitua como um esforço coletivo do partido e que a todos responsabilize.

O que não é desejável é que o PSD atravesse esta crise, por resignação ou preguiça, como um mero incidente conjuntural, sem quaisquer consequências nos desafios que se avizinham e não obrigando a

qualquer exercício reflexivo, declinando toda a responsabilidade a uma futura liderança do PSD, a qual terá já desafios de largo alcance. O PSD, a seu bem e das direções que o venham a liderar, não se pode esgotar nesses mesmos órgãos de cúpula, nem ditar a cada um dos seus líderes uma aura messiânica, cujo peso contribui muitas vezes para acelerar processos de desgaste e desilusão da militância, colocando dificuldades na afirmação perante o país e conduzindo ao risco de que se transforme numa infernal máquina de “trituração” de lideranças.

Apela-se, nesse sentido, a que o Conselho Nacional reflita sobre os passos a dar e que inicie e promova a necessária tarefa de reflexão que é imprescindível empreender neste tempo. O uso inteligente e proveitoso deste período é essencial para criar condições para um partido mais útil à sociedade portuguesa, que perceba que é necessário tecer, sem por em causa a sua natureza nem claudicar nos seus princípios, uma nova e vasta coligação de representação política e social de modo a ambicionar liderar e transformar Portugal.

Propõe-se, nesse sentido, que o Conselho Nacional do PSD delibere a convocação de um Congresso Extraordinário do PSD, o qual deverá ocorrer previamente às eleições diretas do PSD e não comprometer o calendário de transição de direções nacionais anunciado pelo Presidente do PSD.

Barcelos, 19 de fevereiro de 2022

Cristóvão Norte